

16º

**ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO**

21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2022



RELATÓRIO

Dezembro
2022

16º

ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO

21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2022

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

**Presidente**

Ministra Rosa Weber

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Luís Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Mauro Pereira Martins

Richard Pae Kim

Salise Monteiro Sanchotene

Márcio Luiz Coelho de Freitas

Jane Granzoto Torres da Silva

Giovanni Olsson

Sidney Pessoa Madruga

João Paulo Santos Schoucair

Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Marcello Terto e Silva

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral

Gabriel Matos

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica**

Ricardo Fioreze

Diretor-Geral

Johanness Eck

Departamento de Gestão Estratégica (DGE)**Diretora**

Fabiana Andrade Gomes e Silva

**Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Poder
Judiciário**

Gabriela Teixeira da Cunha Lobo

**Seção de Planejamento Estratégico do Poder
Judiciário**

Marcos Vinícius Silva Campos

Natascha Barreto de Almeida Rangel

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**Secretário de Comunicação Social**

Cristine Genú

Projeto gráfico

Marcelo Gomes

Revisão

Jéssica Gonçalves de Sousa

2022

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

Introdução	7
Solenidade de Abertura	8
Conferência Magna – Desafios e perspectivas do Poder Judiciário em 2023	10
Panorama dos Tribunais Superiores	12
Reuniões Setoriais com os Segmentos de Justiça	14
Prêmio CNJ de Qualidade – Edição 2022	19
Painel – A Essencialidade do Juiz e o cumprimento de metas no Poder Judiciário	23
Plenária de Anúncio das Metas 2023	25
Anexo I - Metas Nacionais do Poder Judiciário 2023	26
Anexo II - Metas Específicas dos Segmentos de Justiça para 2023	31
Anexo III – Programação do 16º Encontro Nacional	33
Anexo IV – <i>Links</i> das Apresentações do Evento	35

Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, nos dias 21 e 22 de novembro de 2022, o **16º Encontro Nacional do Poder Judiciário**. O evento foi realizado presencialmente, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília – DF.

O encontro teve início com a solenidade de abertura presidida pela Ministra Rosa Weber e pelo Ministro Luis Felipe Salomão, seguida pela conferência magna — Desafios e perspectivas do Poder Judiciário em 2023, apresentada pelo Professor da FGV, Oscar Vilhena Vieira.

No evento, também foi apresentado o balanço das principais atividades realizadas em 2022 pelos Tribunais Superiores e, ao final do primeiro dia, no período vespertino, ocorreram as reuniões setoriais para deliberação e votação das metas.

No dia seguinte, houve a premiação dos tribunais laureados com o Prêmio CNJ de Qualidade, em reconhecimento da excelência na gestão e no planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações; e na produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional. A programação do evento também contou com o painel “A essencialidade do Juiz e o cumprimento de metas no Poder Judiciário”.

Encerrando o evento, foram anunciadas as Metas Nacionais do Poder Judiciário 2023 e as Metas da Corregedoria na plenária final. Ao todo, foram aprovadas onze Metas Nacionais, oito Metas Específicas, seis Metas da Corregedoria a serem alcançadas em 2023 e quinze diretrizes estratégicas das Corregedorias.

Ressalta-se que este Relatório tem como objetivo expor, de forma sucinta, o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exhibe as referências, os links e as imagens dos principais acontecimentos.

O vídeo das apresentações do Encontro e dos respectivos painéis realizados no evento pode ser acessado por meio do *link*: **16º Encontro Nacional do Poder Judiciário**.

Solenidade de Abertura

A solenidade de abertura foi realizada pela presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Rosa Weber; pelo corregedor nacional de justiça, ministro Luis Felipe Salomão; pela presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministra Maria Thereza de Assis Moura; pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lélío Bentes Corrêa; pelo presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Lúcio Mário de Barros Góes; e pela Secretária das Relações Institucionais do Ministério Público Federal, Eunice Carvalhido.

A ministra Rosa Weber iniciou o evento cumprimentando e agradecendo a presença de todos. A ministra ressaltou a importância do Encontro Nacional e salientou que o principal instrumento que orienta o exercício das funções dos órgãos do Poder Judiciário é a Estratégia Nacional, que contempla os Macrodesafios e seus indicadores de desempenho.

Rosa Weber ressaltou que as Metas Nacionais são vetores da ação judiciária e representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, capazes de prestar à sociedade um serviço mais célere e de maior qualidade.

Em seguida, a ministra do STJ Maria Thereza de Assis Moura destacou que eventos como o Encontro Nacional demonstram a importância dada pelo Judiciário ao atendimento dos anseios do cidadão por uma justiça ágil, moderna, preventiva e cidadã, pois neles são debatidas as dificuldades dos tribunais brasileiros, apresentados os resultados e definidos novos caminhos na busca do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Logo após, o ministro do STM, Lúcio Mário de Barros Góes, afirmou que a Justiça Militar da União vem monitorando seus indicadores e controlando seus resultados no intuito de cumprir as estratégias idealizadas durante os encontros nacionais.

Com a palavra, o ministro do TST, Lélío Bentes Corrêa, parabenizou a ministra Rosa Weber pela retomada do Encontro Nacional no formato presencial e salientou que um Judiciário forte se constrói com união, democracia e transparência. Lélío Bentes Corrêa ressaltou a importância da Meta 9 para a Justiça do Trabalho, na medida em que se relaciona com os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, principalmente no que se refere a assegurar condições de trabalho decentes a todos.

A seguir, a Secretária das Relações Institucionais do Ministério Público Federal, Eunice Carvalho, agradeceu o convite ao Ministério Público e salientou que o Encontro Nacional é um momento de debater e trocar experiências, possibilitando que a entrega da prestação jurisdicional seja mais célere, mas sem distanciar da efetividade, da eficiência e eficácia da atuação final do sistema de justiça.



Solenidade de Abertura

Conferência Magna – Desafios e perspectivas do Poder Judiciário em 2023

Em seguida, para palestrar na Conferência Magna — Desafios e Perspectivas do Poder Judiciário em 2023, foi convidado o Professor Oscar Vilhena, da Escola de Direito da Faculdade Getúlio Vargas (FGV).

Com a palavra, o Professor Oscar Vilhena iniciou ressaltando o importante papel do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na defesa da democracia, durante o período eleitoral.

Em seguida, Oscar Vilhena discorreu a respeito do papel do Judiciário na sociedade, descrevendo-o como peça fundamental na construção da autoridade da lei. O professor também ponderou a respeito da falta de confiança no sistema de aplicação da lei no Brasil, que começou a declinar a partir do ano de 2013, atingindo seu ponto mais baixo em 2017.

Ainda com a palavra, Oscar Vilhena discorreu sobre as formas que o populismo autoritário se ambientou no Brasil e qual foi o papel do STF nesse sentido, uma vez que o Supremo passou a ocupar uma posição mais atuante em defesa da democracia.

Seguidamente, o professor compartilhou alguns resultados de estudos e pesquisas realizados com o intuito de recuperar um pouco da confiança perdida pela população no Poder Judiciário. Oscar Vilhena alertou sobre a necessidade de que o Judiciário invista naquilo que gera a confiança reputacional, que seria investir em imparcialidade, no devido processo legal, na percepção de que o Judiciário é o âmbito não político da tomada de decisão, na consistência das decisões, na transparência e na responsividade.



Conferência Magna – Desafios e Perspectivas do Poder Judiciário em 2023

Panorama dos Tribunais Superiores

A mesa do painel de Panorama dos Tribunais Superiores foi composta pela presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministra Maria Thereza de Assis Moura; pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lélío Bentes Corrêa; e pelo presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Lúcio Mário de Barros Góes.

Esse painel teve por finalidade apresentar os resultados de projetos e ações dos tribunais superiores no ano de 2022, alinhados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Com a palavra, o presidente do TST, ministro Lélío Bentes Corrêa, afirmou que o CSJT, juntamente com o TST, alcançou, respectivamente, os 1º e 2º lugares no Ranking da Transparência 2022. Além disso, o ministro ressaltou que a Justiça do Trabalho aderiu ao chamamento realizado pelo CNJ de 21 dias de mobilização contra a violência contra as mulheres.

A seguir, o ministro Lélío Bentes Corrêa discorreu a respeito de ações e políticas realizadas pela Justiça do Trabalho no sentido de promover os direitos humanos, a democratização das relações de trabalho e o combate ao assédio e preconceitos em geral. O ministro também ressaltou o trabalho que vem sendo feito no sentido de cumprir a Meta 9, seguindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ditados pela ONU. Para tanto, o CSJT desenvolveu a ferramenta Monitor do Trabalho Decente, para ser replicada em todos os TRTs, cujo objetivo central é diagnosticar, organizar e disponibilizar os processos julgados desde 1º de junho de 2022, relativos aos temas trabalho infantil, aprendizagem, assédio sexual e trabalho análogo ao escravo.

Em seguida, o presidente do STM, ministro Lúcio Mário de Barros Góes, apresentou os resultados de projetos e ações dos tribunais militares para o corrente ano. O ministro iniciou sua fala mencionando a assinatura de dois importantes acordos de cooperação: o Programa Justiça 4.0 e a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro. Mencionou também a implantação da Plataforma CODEX e do Juízo 100% Digital no âmbito do STM, além do Balcão Digital nos tribunais militares.

O ministro mencionou, ainda, o desenvolvimento do Sistema Consulta Criminal Nacional, em parceria com o CNJ, que permite a verificação dos antecedentes criminais do réu de forma mais célere.

A seguir, o presidente do STM discorreu a respeito do desempenho da justiça militar no cumprimento das Metas Nacionais. Para o próximo ano, Lúcio Mário de Barros Góes garantiu que a Justiça Militar da União continuará integrada aos demais tribunais em busca de acompanhar a evolução tecnológica necessária à melhoria da prestação jurisdicional.

Com a palavra, a presidente do STJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura ressaltou a implementação de programas e boas práticas no sentido de assegurar a garantia dos direitos fundamentais. Em seguida, a ministra fez breve balanço do desempenho do tribunal no que concerne à execução das Metas Nacionais e salientou a constante evolução desse desempenho.



Panorama dos Tribunais Superiores

Reuniões Setoriais com os Segmentos de Justiça

As reuniões setoriais foram realizadas na tarde do dia 21 de novembro com o objetivo de deliberar, votar e aprovar as Metas Nacionais e as Metas Específicas de cada segmento de justiça para o ano de 2023.

Participaram das reuniões os presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário. Os trabalhos das setoriais foram conduzidos pelos Conselheiros do CNJ, juntamente com juízes auxiliares da Presidência e com o apoio técnico da equipe do Departamento de Gestão Estratégica (DGE) do Conselho.

As deliberações e as votações foram exclusivas para os presidentes ou representantes designados para definir as Metas Nacionais e Específicas. Os segmentos de justiça e os demais participantes foram distribuídos em salas setoriais, da seguinte forma:

• Superior Tribunal de Justiça

Coordenação: Juíza Auxiliar da Presidência Dayse Starling

• Grupo da Justiça do Trabalho (TST, CSJT e TRTs)

Coordenação: Conselheira Jane Granzoto Torres da Silva, Conselheiro Giovanni Olsson e o Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica Ricardo Fioreze.

• Grupo Justiça Federal (CJF e TRFs)

Coordenação: Conselheira Salise Monteiro Sanhotene e Conselheiro Marcio Luiz Coelho de Freitas

• Grupo Justiça Estadual (TJs)

Coordenação: Conselheiros Mauro Pereira Martins, Richard Pae Kim e Marcus Vinícius Jardim Rodrigues

• Grupo Justiça Eleitoral (TREs)

Coordenação: Conselheiros Sidney Pessoa Madruga e Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia

• Grupo Justiça Militar (Justiça Militar da União e Militar Estadual)

Coordenação: Conselheiros Marcello Terto e João Paulo Santos Schoucair

Também participaram das reuniões setoriais as corregedorias dos tribunais.

• Reunião setorial das Corregedorias

Coordenação: Corregedor Nacional de Justiça — Ministro Luis Felipe Salomão, Juízes Auxiliares Carolina Ranzolin e Daniel Vianna



Reunião Setorial do Superior Tribunal de Justiça



Reunião Setorial da Justiça Eleitoral



Reunião Setorial da Justiça Estadual



Reunião Setorial da Justiça Federal



Reunião Setorial da Justiça Militar



Reunião Setorial da Justiça do Trabalho



Reunião Setorial das Corregedorias

Prêmio CNJ de Qualidade – Edição 2022

Para anunciar os ganhadores do Prêmio CNJ de Qualidade, compuseram a mesa: a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Rosa Weber; e o conselheiro do CNJ, Richard Pae Kim.

Com a palavra, o conselheiro Richard Pae Kim ressaltou que o Prêmio CNJ de Qualidade entra em sua quarta edição e consiste em uma forma de reconhecimento e incentivo à gestão judiciária moderna, eficiente e célere.

Richard Pae Kim explicou que o desempenho dos órgãos da Justiça foi avaliado seguindo os critérios sistematizados em quatro eixos temáticos principais: Governança; Produtividade; Transparência; Dados e Tecnologia. O Conselheiro ressaltou que no ano de 2022 os critérios avaliativos ficaram mais rígidos, com maiores níveis de exigência e maior quantidade de políticas judiciárias avaliadas, totalizando 52 requisitos avaliativos, que se subdividem em quase 170 itens a serem cumpridos.

Richard Pae Kim ressaltou também que se investiu imensamente na transparência e diálogo com os tribunais e aproveitou a oportunidade para parabenizar o esforço de todos os envolvidos.

Em seguida, foram apresentados os 27 tribunais laureados com o **Prêmio Prata**:

- » Superior Tribunal de Justiça
- » Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
- » Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
- » Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- » Tribunal de Justiça do Estado do Pará
- » Tribunal de Justiça do Estado do Acre
- » Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
- » Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
- » Tribunal de Justiça do Estado Maranhão
- » Tribunal Regional Federal da 2ª Região
- » Tribunal Regional Federal da 3ª Região

- » Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
- » Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
- » Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
- » Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
- » Tribunal Regional Eleitoral do Pará
- » Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
- » Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
- » Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
- » Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
- » Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

Tribunais premiados na **categoria Ouro**:

- » Tribunal Superior do Trabalho
- » Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
- » Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso
- » Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
- » Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
- » Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
- » Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
- » Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
- » Tribunal Regional Federal da 5ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

- » Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
- » Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
- » Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
- » Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
- » Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
- » Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
- » Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
- » Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
- » Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
- » Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

Tribunais premiados na **Categoria Diamante**:

- » Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
- » Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
- » Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
- » Tribunal Regional Federal da 4ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região
- » Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
- » Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
- » Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
- » Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima atingiu o percentual de 91,29% de desempenho e recebeu o Selo de Excelência.



Prêmio CNJ de Qualidade



Mesa do Prêmio CNJ de Qualidade

Painel – A Essencialidade do Juiz e o cumprimento de metas no Poder Judiciário

A mesa do painel — A Essencialidade do juiz e o cumprimento de Metas no Poder Judiciário foi composta pelos conselheiros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Salise Monteiro Sanchotene e Richard Pae Kim.

O conselheiro Richard Pae Kim iniciou discorrendo a respeito das metas traçadas pelo Poder Judiciário, afirmando que elas são elaboradas de modo a reduzir a distância entre o real e o ideal e ressaltando a importância de se estabelecer metas factíveis e gerenciáveis.

Em seguida, Richard Pae Kim falou a respeito do processo de construção e aprovação das metas, que sempre foi feito de maneira técnica e democrática, o que legitima sua instituição. Ressaltou, ainda, a importância dos magistrados e servidores das varas, pois são eles os responsáveis por levar as metas do mundo macro para o micro e, assim, operacionalizá-las.

Logo após, a conselheira Salise Monteiro Sanchotene mencionou que esteve presente como juíza auxiliar no 1º Encontro Nacional do Poder Judiciário e ressaltou a importância que a Meta Nacional 2 teve à época no julgamento de processos mais antigos de alta complexidade. A Conselheira relatou, também, o papel ativo do CNJ no cumprimento das metas, agindo muito além de mero organizador do evento.

A conselheira destacou, ainda, a importância do papel dos gestores no cumprimento das metas, uma vez que eles atuam como agentes removedores de barreiras e obstáculos identificados no dia a dia para a execução das metas. Salise ressaltou a importância da comunicação, pois é vital que juízes e servidores tenham consciência de todo o processo e essencialidade das Metas do Poder Judiciário.

A Conselheira, de modo geral, focou sua fala na importância das ferramentas de gestão na persecução das metas, como gerenciamento e mobilização das equipes, organização dos serviços, obtenção e compartilhamento de dados de gestão com outras unidades, articulação com setores administrativos, entre outros.

Com a palavra, o Conselheiro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho falou a respeito da conduta judicial, da independência jurisdicional e da vida privada dos magistrados e como ela deve ser sempre eticamente exemplar aos olhos do jurisdicionado.

Vieira de Mello Filho finalizou fazendo um chamado a todos os magistrados brasileiros para que aproveitem as oportunidades que as Metas do Poder Judiciário ensejam, e contribuam com a mesma independência, serenidade e prudência para consolidação da imagem democrática e responsável do Poder Judiciário brasileiro.



Mesa do painel – A Essencialidade do juiz e o cumprimento de Metas no Poder Judiciário

Plenária de Anúncio das Metas 2023

Após todos os painéis do evento, iniciou-se a Plenária Final. Compuseram a mesa de encerramento: a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Rosa Weber; e o Corregedor Nacional de Justiça, o ministro Luis Felipe Salomão.

Com a palavra, a Ministra Rosa Weber agradeceu a participação de todos e apresentou as Metas Nacionais 2023 que foram debatidas e votadas durante as reuniões setoriais dos segmentos de justiça.

A seguir, o ministro Luis Felipe Salomão discorreu sobre o papel do Poder Judiciário nos dias atuais, que experimentou crescimento sem precedentes e que tem atuado como fiscal do próprio legislador, sendo quase um legislador implícito.

Luis Felipe Salomão anunciou as metas e diretrizes das corregedorias e ressaltou que, apesar das dificuldades inerentes aos tempos atuais, as metas foram traçadas de forma ousada e desafiadora, citando, em especial, as metas estabelecidas para as corregedorias, mas reafirmou sua certeza na responsividade e competência da força de trabalho do Judiciário, que cumprirá sua missão.

Anexo I - Metas Nacionais do Poder Judiciário 2023

Meta 1 — Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Meta 2 — Julgar processos mais antigos (todos os segmentos)

Identificar e julgar até 31 de dezembro de 2023:

- » **Superior Tribunal de Justiça:** pelo menos, 99% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2019.
- » **Tribunal Superior do Trabalho:** 100% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2019, e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2020.
- » **Justiça Estadual:** pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2019 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2020 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2020 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.
- » **Justiça Federal:** No 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2018 e 85% dos processos distribuídos em 2019; e nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2020.
- » **Justiça do Trabalho:** pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2021, nos 1º e 2º graus.
- » **Justiça Eleitoral:** 70% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2021.
- » **Justiça Militar da União:** pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2020 nas Auditorias e 99% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2021 no STM.
- » **Justiça Militar Estadual:** pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2021 nas Auditorias, e pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2022 no 2º grau.

Meta 3 — Estimular a conciliação (Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- » **Justiça Estadual:** Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2022. Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.
- » **Justiça Federal:** Alcançar o percentual mínimo de 8% no Índice de Conciliação do Justiça em Números.
- » **Justiça do Trabalho:** Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

Meta 4 — Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31 de dezembro de 2023:

- » **Superior Tribunal de Justiça:** 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crime contra a Administração Pública distribuídas até 31 de dezembro de 2021.
- » **Justiça Estadual:** 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2019, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.
- » **Justiça Federal:** FAIXA 1 (TRF2 e TRF4): 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2020. FAIXA 2 (TRF1, TRF3, TRF5 E TRF6): 60% das ações de improbidade administrativa e 70% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2020.
- » **Justiça Eleitoral:** 80% dos processos referentes às eleições de 2020 e 40% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31 de dezembro de 2022, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.
- » **Justiça Militar da União:** pelo menos 99% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31 de dezembro de 2021 no STM, e 95% das distribuídas até 31 de dezembro de 2020 no 1º grau.

- » **Justiça Militar Estadual:** pelo menos 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31 de dezembro de 2021 no 1º grau, e pelo menos 95% das distribuídas no 2º grau até 31 de dezembro de 2022.

Meta 5 — Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais (STJ, TST, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Militar da União e dos Estados)

- » **Superior Tribunal de Justiça:** Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento, até 31 de dezembro de 2023.
- » **Tribunal Superior do Trabalho:** Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022.
- » **Justiça Federal:** Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022. Cláusula de barreira: 43%.
- » **Justiça do Trabalho:** Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2021. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.
- » **Justiça Estadual:** Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2022. Cláusula de barreira: 56%.
- » **Justiça Militar da União** Reduzir, no mínimo, em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento no 1º grau, em relação a 2022.
- » **Justiça Militar Estadual:** Reduzir, no mínimo, em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento no 1º grau, em relação a 2021.

Meta 6 — Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ e TST)

Identificar e julgar até 31 de dezembro de 2023:

- » **Superior Tribunal de Justiça:** 99% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos até 31 de dezembro de 2021.
- » **Tribunal Superior do Trabalho:** as ações coletivas distribuídas até 31 de dezembro de 2020.

Meta 7 — Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (STJ)

Superior Tribunal de Justiça: Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos.

Meta 8 — Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Justiça Estadual)

Identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2023, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31 de dezembro de 2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31 de dezembro de 2021.

Meta 9 — Estimular a inovação no Poder Judiciário (todos os segmentos)

Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.

Meta 10 — Impulsionar os processos de ações ambientais (STJ, Justiça Estadual e Justiça Federal)

- » **Superior Tribunal de Justiça:** Identificar e julgar 70% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31 de dezembro de 2022.
- » **Justiça Estadual:** Identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2023, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31 de dezembro de 2022.
- » **Justiça Federal:** Identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2023:
 - » FAIXA 1 (TRF1 e TRF6): 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31 de dezembro de 2022.
 - » FAIXA 2 (TRF2, TRF3, TRF4 e TRF5): 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31 de dezembro de 2022.

Meta 11 — Infância e Juventude (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- » **Superior Tribunal de Justiça:** Julgar 100% dos casos de sequestro internacional de Crianças, distribuídos até 31 de dezembro de 2022.
- » **Justiça do Trabalho:** Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil.
- » **Justiça Estadual:** Identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2023, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31 de dezembro de 2021 nas respectivas instâncias.
- » **Justiça Federal:** Identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31 de dezembro de 2022, em cada uma das instâncias.

Anexo II - Metas Específicas dos Segmentos de Justiça para 2023

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Brasília – DF, nos dias 21 e 22 de novembro de 2022, durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as seguintes Metas Específicas para o Judiciário Brasileiro alcançar em 2023.

JUSTIÇA FEDERAL

CRIMINAL A

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

CRIMINAL B

Identificar e julgar até 31 de dezembro do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31 de dezembro de 2020.

SUSTENTABILIDADE

Cumprir 100% das metas dos seis temas do Plano de Logística Sustentável (PLS). (Energia Elétrica, água esgoto, coleta seletiva, papel, contratação pública sustentável e clima).

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Instituir o plano de segurança institucional, considerando aspectos de segurança física, orgânica, de pessoas e de dados.

ESTABELECEER PROJETO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA OU INTERINSTITUCIONAL PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO, PARA A PREVENÇÃO E A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS

Estabelecer projeto de cooperação judiciária ou interinstitucional com os demais atores do Sistema de Justiça para o fim de aprimoramento da gestão, de prevenção e de solução consensual de conflitos

JUSTIÇA MILITAR

CELERIDADE

- » **JMU:** Julgar, em até 180 dias corridos, 60% dos processos originários e em grau de recurso no STM.
- » **JME:** Julgar, em até 180 dias corridos, 70% no 1º grau e em até 120 dias, 90% no 2º grau, dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais e os processos de natureza especial, na Justiça Militar Estadual.

DIVULGAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR

- » **JMU:** Realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2023, sendo, no mínimo, 3 ações no Superior Tribunal Militar e 2 ações por Auditoria em CJM em que não houver foro e 4 por CJM em que houver.
- » **JME:** Realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2023, sendo, no mínimo, 6 ações em cada Justiça Militar Estadual.

JUSTIÇA DO TRABALHO

PROMOVER A SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior.

Anexo III – Programação do 16º Encontro Nacional



16º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO
21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2022

PROGRAMAÇÃO

Data: 21 e 22 de novembro de 2022.

Público-Alvo: Presidentes e Corregedores dos Tribunais e representantes dos Tribunais na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

Objetivos: Monitorar a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, apresentando principais resultados do ano corrente, bem como ações, projetos ou políticas judiciárias. Na ocasião, ocorre a votação das Metas Nacionais do Poder Judiciário por segmento de Justiça para 2023 e a entrega do Prêmio CNJ de Qualidade – ano 2022.

21 DE NOVEMBRO DE 2022

9H30 | CREDENCIAMENTO
Welcome Coffee

10H30 | SOLENIDADE DE ABERTURA

- **Ministra Rosa Weber**, Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça
- **Ministro Luis Felipe Salomão**, Corregedor Nacional de Justiça

11H | CONFERÊNCIA MAGNA – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PODER JUDICIÁRIO EM 2023

- **Professor Oscar Vilhena Vieira** – FGV Direito SP

12H | PANORAMA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
Resultados alcançados em 2022.

- **Ministra Maria Thereza de Assis Moura**, Presidente do Superior Tribunal de Justiça
- **Ministro Leílio Bentes Corrêa**, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
- **Ministro Alexandre de Moraes**, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
- **Ministro Gen Ex Lúcio Mário de Barros Góes**, Presidente do Superior Tribunal Militar

12H50 | FOTO OFICIAL

16º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2022

13H | ALMOÇO

14H45 ÀS 17H | REUNIÕES SETORIAIS DOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA

Votação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2023

17H | REUNIÃO SETORIAL DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

22 DE NOVEMBRO DE 2022

10H | PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2022

10H30 | PAINEL - A ESSENCIALIDADE DO JUIZ E O CUMPRIMENTO DE METAS NO PODER JUDICIÁRIO

- Conselheiro **Luiz Philippe Vieira de Mello Filho**
- Conselheira **Salise Monteiro Sanchotene**
- Conselheiro **Richard Pae Kim**

11H | PLENÁRIA DE ANÚNCIO DAS METAS NACIONAIS 2023

- Ministra **Rosa Weber**, Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça
- Ministro **Luís Felipe Salomão**, Corregedor Nacional de Justiça

11H30 | ENCERRAMENTO

Anexo IV – *Links* das Apresentações do Evento

A seguir, as apresentações exibidas pelos palestrantes durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário:

- » **Relatório Justiça em Números**
- » **Resultados Parciais Metas Nacionais 2022**
- » **Painel 1 – Apresentação A Política Judiciária para o Meio Ambiente e o Sirenejud – parte 1**
- » **Painel 1 – Apresentação A Política Judiciária para o Meio Ambiente e o Sirenejud – parte 2**

Apresentações realizadas pelos segmentos de justiça:

Superior Tribunal de Justiça

- » **Justiça do Trabalho**
- » **Justiça Estadual**
- » **Justiça Federal**
- » **Justiça Eleitoral**
- » **Justiça Militar**



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

